

SUMÁRIO EXECUTIVO

AUDITORIA - INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ÁGIL E ENTREGA DE SOFTWARE

POR QUE FOI REALIZADA ESTA AUDITORIA

Devido à importância dos processos internos definidos para o desenvolvimento de software no STJ, por meio de metodologia ágil, e diante da expectativa das partes interessadas (fornecedores, clientes das unidades de negócio e corpo técnico), a AUD atuou no sentido de, após avaliação, verificar pontos de melhoria nos processos e projetos de desenvolvimento de software, de acordo com o preconizado pelas instruções normativas vigentes e pelas boas práticas aplicadas na ADPF.

O QUE A AUD SUGERE:

- Adotar controles para que as ferramentas de integração e entrega contínua sejam compartilhadas entre as equipes e permitam *versionar* mudanças em banco de dados; o gerenciamento dos itens de configuração que compõem as aplicações entregues no processo de desenvolvimento Ágil; e a aplicação automatizada de teste;
- Definir um Plano de Gestão de Mudanças ou controle semelhante que contenha previsão para a realização de plano de *rollbacks* automatizados e monitorados; e
- Aperfeiçoar os processos de provisionamento de servidores, de forma a automatizar o processo, diminuindo, dentro do possível, o tempo de entrega.

O QUE A AUDITORIA CONCLUIU?

Que a unidade auditada, apesar de executar o processo de desenvolvimento utilizando a metodologia ágil de forma eficaz, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento de Software – PDS – definido pelo Tribunal, ainda necessita implementar controles importantes que contribuirão para aumentar a eficiência dos processos de desenvolvimento e entrega de software. Foram identificadas fragilidades nos processos de integração de equipes, gestão de dados, mudanças e monitoramento, sobre as quais, após análise, foram apontadas, sob a forma de sugestões de melhoria a serem consideradas pela STI – Secretaria de Tecnologia da Informação.

Ainda no mesmo contexto, vale destacar que o processo de desenvolvimento ágil no Tribunal é uma iniciativa recente e encontra-se em processo de amadurecimento. Portanto, a Administração deve prestar o devido apoio à área técnica, por meio de investimentos, e do envolvimento das unidades de negócio do Tribunal, com vistas ao aprimoramento dos controles internos definidos desde a concepção até a entrega do produto de software.

ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

Durante os trabalhos, foram identificadas oportunidades de melhorias que se encontram sintetizadas no gráfico a seguir, no qual estão expostas as médias de adoção das práticas/controles em cada tema, onde 0 corresponde ao cenário menos maduro e 3, o melhor cenário de adoção das práticas.



De acordo com o gráfico, observam-se pontos de maior fragilidade e riscos principalmente relacionados aos temas integração de equipes, gestão de dados, mudanças e monitoramento contínuo. Sendo assim, para adequação das melhores práticas no STJ, é importante que essas deficiências sejam corrigidas para que o Tribunal entregue software com ainda mais eficiência e qualidade.

*Adaptação do modelo *Government Accountability Office* - GAO